



Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra
(Organizadora)

Diário da Teoria e Prática na Enfermagem 5

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra
(Organizadora)

Diário da Teoria e Prática na Enfermagem 5

 **Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Edição de Arte: Luiza Batista

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D539	<p>Diário da teoria e prática na enfermagem 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-147-3 DOI 10.22533/at.ed.473203006</p> <p>1. Enfermagem – Pesquisa – Brasil. 2. Enfermagem – Prática. I.Sombra, Isabelle Cordeiro de Nojosa.</p> <p style="text-align: right;">CDD 610.73</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As obras “*Diário da Teoria e Prática de Enfermagem 5 e 6*” abordam uma série de estudos realizados na área da Enfermagem, sendo suas publicações realizadas pela Atena Editora. Em sua totalidade está composta por 2 volumes, sendo eles classificados de acordo com a área de abrangência e temáticas de estudo. Em seus 20 capítulos, o volume V aborda estudos relacionados à formação em Enfermagem, bem como sua atuação na saúde materno-infantil, na assistência ginecológica e obstétrica, além da saúde da criança e do adolescente, trazendo abordagens específicas e voltadas para cada público de uma forma especial.

Colaborando com as mais diversas transformações no contexto da saúde, este volume I é dedicado ao conhecimento sobre a atuação da enfermagem na saúde da criança e saúde da mulher, com enfoque nas vertentes materno-infantil e oncologia. As publicações tratam sobre a assistência de enfermagem à criança hospitalizada e crianças com câncer, além de estudos sobre a atuação do enfermeiro no cuidado à paciente com neoplasia mamária, no processo de aleitamento materno, durante o trabalho de parto, abortamento, dentre outros. Além disso, as publicações também oferecem suporte com evidências relacionadas formação em enfermagem.

Ademais, esperamos que este livro possa fornecer subsídios para uma atuação qualificada, humanizada e com um olhar especial no que diz respeito à saúde da mulher e da criança, bem como do binômio mãe-filho, buscando cada vez mais a excelência no cuidado em enfermagem, e disseminando práticas promotoras da saúde com embasamento científico.

Isabelle Cordeiro de Nojosa Sombra

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA NEOPLASIA MALIGNA MAMÁRIA GESTACIONAL	
Veruska Sandim Vilela	
Sarah de Souza Araújo	
Lídia Batista de Môra	
Martinho Alves da Cunha Neto	
Natália Hoefle	
Priscila de Souza Araújo	
Cristiane Nava Duarte	
Karine Akemi Tomigawa Okama	
Alessandra de Cássia Leite	
Ariane Calixto de Oliveira	
Denize Cristina de Souza Ramos	
Suellem Luzia Costa Borges	
DOI 10.22533/at.ed.4732030061	
CAPÍTULO 2	14
A BRINCADEIRA NO PROCESSO DE CUIDAR EM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS: UMA ESTRATÉGIA DE CUIDADO	
Thaís Emanuele da Conceição	
Claudia Regina Menezes da Rocha Pôças	
Antônia da Conceição Cylindro Machado	
DOI 10.22533/at.ed.4732030062	
CAPÍTULO 3	21
ABORDAGEM E IMPLICAÇÕES TERAPÊUTICAS DO CÂNCER MAMÁRIO GESTACIONAL	
Veruska Sandim Vilela	
Sarah de Souza Araújo	
Lídia Batista de Môra	
Martinho Alves da Cunha Neto	
Natália Hoefle	
Cristhiane Rossi Gemelli	
Josiane Ribeiro dos Santos Santana	
Mirele Aparecida Schwengber	
Alessandra de Cássia Leite	
Denize Cristina de Souza Ramos	
Suellem Luzia Costa Borges	
DOI 10.22533/at.ed.4732030063	
CAPÍTULO 4	33
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: UMA RODA DE CONVERSA COM CRIANÇAS EM UMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)	
Iasmin Cezaria da Silva	
Inês Pereira de Oliveira	
Ingrydy Maria da Silva	
Victor Hugo Martins Santos	
Closeny Maria Soares Modesto	
Hosana Glória da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4732030064	
CAPÍTULO 5	45
ALTERAÇÕES FETAIS EM RATAS WISTAR, INDUZIDAS PELO USO DO PARACETAMOL DURANTE A	

GESTAÇÃO E AMAMENTAÇÃO

Ana Rosa Crisci
Paola Correa
Laessa Ferreira de Oliveira
Barbara Cristina Penha de Sousa
Wilson Roberto Malfará
Lucila Costa Zini Angelotti

DOI 10.22533/at.ed.4732030065

CAPÍTULO 6 54

ASPECTOS DETERMINANTES PARA O ABANDONO PRECOCE DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO

Camila Cristina Lima Nascimento
Rosany Casado de Freitas Silva
Camila Firmino Bezerra
Talita Costa Soares Silva
Victor Kennedy Almeida Barros
Josefa Jaqueline de Sousa
Raquel Cristina de Mendonça Jordão
Juliana Alves Borges Macena
Allanna Stephany Cordeiro de Oliveira
Thalys Maynard Costa Ferreira
Josefa Danielma Lopes Ferreira
Shirley Antas de Lima

DOI 10.22533/at.ed.4732030066

CAPÍTULO 7 66

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO PROVOCADO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Izabel Cristina Leite
Taís Caroline Pereira dos Santos
Juliana Ferreira Magalhães
Gabrielle Nathallie Cardoso Batista
Isamara Maisa da Silva
Angela Mara Brugnago Ayala
Letícia Gomes de Moura
Micaelly Lube dos Santos
Daniela Luzia Zagoto Agulhó
Cláudia Moreira de Lima

DOI 10.22533/at.ed.4732030067

CAPÍTULO 8 74

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM HUMANIZADA À CRIANÇA ONCOLÓGICA E SUA FAMÍLIA

Jéferson William Fraga
Maristela Cassia de Oliveira Peixoto

DOI 10.22533/at.ed.4732030068

CAPÍTULO 9 85

ATUAÇÃO DE ENFERMEIROS DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA E A QUESTÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Giulliany De Freitas Biscassi
Luciane Sá de Andrade
Bruna Domingos dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4732030069

CAPÍTULO 10 100

CONSTRUÇÃO DE UM PROTOCOLO DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À PACIENTE EM TRABALHO DE PARTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Geyslane Pereira Melo de Albuquerque
Luciana Marques Andreto
Viviane Rolim de Holanda
Viviane Maria Gomes de Araújo
Aurélio Molina da Costa
Fátima Maria da Silva Abrão
Daniela de Aquino Freire
Rommel Candeia de Albuquerque
Karla da Silva Ramos
Maria Inês Bezerra de Melo
Heverton Valentim Colaço da Silva

DOI 10.22533/at.ed.47320300610

CAPÍTULO 11 107

CUIDADOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA ALÍVIO DA DOR NO TRABALHO DE PARTO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gislene Alves de Araújo
Renata Barbosa da Silva
Tainan Fabrício da Silva
Vivian Susi de Assis Canizares

DOI 10.22533/at.ed.47320300611

CAPÍTULO 12 119

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS PARA MULHERES LÉSBICAS: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL

Renata Kelly dos Santos e Silva
Gabriela Araújo Rocha
Francisco João de Carvalho Neto
Maria Mileny Alves da Silva
Raissy Alves Bernardes
Denival Nascimento Vieira Júnior
Maurilo de Sousa Franco
Maria Luziene de Sousa Gomes
Luis Eduardo Soares dos Santos
Sarah Nilkece Mesquita Araújo Nogueira Bastos
Maria Sauanna Sany de Moura
Francisco Gilberto Fernandes Pereira

DOI 10.22533/at.ed.47320300612

CAPÍTULO 13 131

FACILIDADES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A MULHER (GRAM)

Patricia Pereira Tavares de Alcantara
Zuleide Fernandes de Queiroz
Verônica Salgueiro do Nascimento
Antonio Germane Alves Pinto
Maria Rosilene Candido Moreira

DOI 10.22533/at.ed.47320300613

CAPÍTULO 14 142

OCORRÊNCIA DE VULVOVAGINITES EM GESTANTES ATENDIDAS NO PRÉ-NATAL

Rhanye de Moura Cardoso

Ana Carla Marque da Costa
Bentinelis Braga da Conceição
Fernanda Lima de Araújo
Monyka Brito Lima dos Santos
Antônia Rodrigues de Araújo
Luzia Maria Rodrigues de Carvalho
Mariana Teixeira da Silva
Annielson de Souza Costa
Janete Brasil Torres
Barbara Maria Rodrigues dos Santos
Rosa Alves de Macêdo
Rosalina Ribeiro Pinto

DOI 10.22533/at.ed.47320300614

CAPÍTULO 15 156

TÓPICOS SOBRE SARAMPO

Mariana de Almeida Pinto Borges
Fátima Cristiane Pinho de Almeida Di Maio Ferreira
Laura Johanson da Silva
Catia Rustichelli Mourão
Cinthia Torres Leite
Edson Ferreira Liberal
Cláudio José de Almeida Tortori
Nebia Maria Almeida de Figueiredo
Emanuel Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.47320300615

CAPÍTULO 16 167

AValiação da Qualidade de Vida de Gestantes Internadas com Infecções e/ou Incontinência do Trato Urinário em uma Maternidade Pública de Teresina

Thalita de Moraes Lima

DOI 10.22533/at.ed.47320300616

CAPÍTULO 17 185

AS PERSPECTIVAS DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM FRENTE AO MERCADO DE TRABALHO

Kamille Regina Costa de Carvalho
Adaliany Kelly Rosa
Bruna Furtado Sena de Queiroz
Francileuza Ciriaco da Cruz
Josane Carvalho Maia da Silva
Joseane Lima de Oliveira
Kamila Cristiane de Oliveira Silva
Letícia Soares de Lacerda
Sabrina Andrade da Silva
Raquel Gomes Gonzalez Aleluia

DOI 10.22533/at.ed.47320300617

CAPÍTULO 18 198

CONTRIBUIÇÕES DA GRADUAÇÃO PARA TÉCNICOS E AUXILIARES DE ENFERMAGEM NA BUSCA DA TRANSIÇÃO PROFISSIONAL

Annelise Barbosa Silva Almeida
Cristiane dos Santos
Kelbia Côrrea dos Santos
Aline Aparecida Bianchi Cavichioli
Michelly Kim de Oliveira Rosa Guimarães

CAPÍTULO 19 212

O CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM FRENTE À MORTE NO CAMPO DE PRÁTICA

Tayrine Nercya Torres

Samuel Lopes dos Santos

Kamila Cristiane de Oliveira Silva

Maria Idalina Rodrigues

Leidiana Nunes Silva

Lizandra Fernandes do Nascimento

Wemerson Gomes Silva

Maria Auxiliadora Lima Ferreira

Mateus Lopes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.47320300619

CAPÍTULO 20 222

O ENSINO DA SAE NO CURRÍCULO INTEGRADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luanne Gomes Araújo

Sthefani Souza Settani

Thamires Iasmim de Sousa Bezerra

Vanessa Juvino de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.47320300620

SOBRE A ORGANIZADORA..... 229

ÍNDICE REMISSIVO..... 230

FACILIDADES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO A MULHER (CRAM)

Data de aceite: 05/06/2020

Patricia Pereira Tavares de Alcantara

Universidade Regional do Cariri – URCA
Iguatu – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/7221408382609260>

Zuleide Fernandes de Queiroz

Universidade Regional do Cariri – URCA
Crato – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/3003401690552110>

Verônica Salgueiro do Nascimento

Universidade Federal do Ceará – UFC
Fortaleza – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/1820645566654637>

Antonio Germane Alves Pinto

Universidade Regional do Cariri – URCA
Crato – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/5229474868285400>

Maria Rosilene Candido Moreira

Universidade Regional do Cariri – URCA
Crato – Ceará
<http://lattes.cnpq.br/7476207605884853>

RESUMO: A violência contra a mulher está presente na vida da maioria das mulheres, devido à cultura patriarcal incorporada por toda a sociedade. O acesso e uso do poder pelas mulheres representam, assim, um desafio

às relações patriarcais, principalmente no ambiente familiar, uma vez que desafiam o poder do homem e ameaçam seus privilégios, sinalizando a possibilidade de mudança na relação de dominação dos homens sobre as mulheres. Objetivou-se conhecer as facilidades e/ou dificuldades dos profissionais que atuam no Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM de uma cidade do interior do Ceará. Os dados foram coletados no CRAM do município de Crato/CE, no período de janeiro e fevereiro do ano de 2017. Mediante os achados observamos a grande necessidade da articulação intersetorial e da capacitação continuada dos profissionais para identificação precoce, notificação dos casos e acompanhamento efetivo às vítimas de violência. Conclui-se a necessidade de fortalecimento da rede de enfrentamento a violência contra mulheres para que haja uma maior divulgação, e para que as mulheres visualizem claramente o funcionamento desta rede de apoio.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra mulher. Gênero. Políticas públicas.

FACILITIES AND DIFFICULTIES FOUND IN THE PERFORMANCE OF PROFESSIONALS AT THE REFERENCE CENTER FOR

ABSTRACT: Violence against women is present in most women's lives due to the patriarchal culture embodied throughout society. The access and use of power by women thus represent a challenge to patriarchal relationships, especially in the family environment, as they challenge the power of men and threaten their privileges, signaling the possibility of change in the relationship of domination of men over women. The objective was to know the facilities and / or difficulties of the professionals who work at the Reference Center for Women Care - CRAM of a city in the interior of Ceará. Data were collected at the CRAM of the city of Crato / CE, in January and February 2017. Through the findings we observed the great need for intersectoral articulation and continuing training of professionals for early identification, case notification and effective follow-up. to victims of violence. It is concluded that there is a need to strengthen the network against violence against women so that there is greater dissemination, and for women to clearly visualize the functioning of this support network.

KEYWORDS: Violence against woman. Genus. Public policies.

1 | INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é uma realidade presente na vida da maioria das mulheres. Ela se dá devido à cultura patriarcal que é incorporada por toda a sociedade, pois embora homens e mulheres nasçam iguais, a sociedade impõe papéis diferenciados para ambos os sexos, onde prevalece em todas as esferas, a superioridade dos homens sobre as mulheres (QUEIROZ & DINIZ, 2013).

A violência quando praticada contra a mulher, por ser uma questão de gênero, assume um diferente enfoque, uma vez que na maioria das vezes, o agressor é alguém do sexo masculino, seu parceiro ou cônjuge. Sendo assim, essa violência é resultado de relações de poder construídas ao longo da história pela desigualdade de gênero e consolidadas por uma ideologia patriarcal e machista (BEZERRA et al, 2012).

Dados atualizados do Mapa da Violência de 2015 indicam que o Brasil ocupa, atualmente, a quinta posição na incidência de homicídios de mulheres, num ranking mundial de 83 países. Entre 1980 e 2013 morreram num total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídios (WAISELFIZ, 2015).

Segundo o Atlas da Violência (2019) houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007.

Apesar das evidências apontarem dados que são tornados públicos através de registros, as violências cotidianas que ocorrem entre “quatro paredes”, no interior das famílias, nos espaços de trabalho, de estudo, nos consultórios e nas ruas tendem a ser silenciadas ou invisibilizadas. Grande parte da sociedade considera que a violência de

gênero é algo natural, que mulher é culpada pelo mal de que padece, interessando-se pelos fatos somente quando estes são veiculados como manchetes de jornais ou crônicas policiais. Portanto, explicitar as diferentes formas de violência, nomeá-las (o que não se nomeia não existe) e torná-las visíveis, propondo políticas públicas para o seu enfrentamento (LISBOA, 2014)

No Brasil, desde o período da abertura democrática nos anos 80, os movimentos feministas assumiram o protagonismo em mudanças que repercutiram de forma significativa nas lutas contra a chamada “violência de gênero”, atingindo as esferas governamentais, as legislações, as formas de representação de governos e a sociedade civil. A adesão de governos a esta vigorosa movimentação civil correspondeu à criação de conselhos, assessorias e coordenadorias, tanto em níveis locais quanto em nível nacional (MORAES & RIBEIRO, 2012).

Hoje, a análise de situações em que as políticas públicas se desenvolvem requer perspectivas que estejam muito além do enfoque clássico que prioriza resultados e processos. Devem ser consideradas as prescrições de novos papéis sociais e identidades que estão presentes nos momentos de decisão e formulação das políticas públicas, assim como compreender as respostas dos atores à internalização de ideias, valores, regras e normas que as sustentam. Por fim, considerar ainda a maneira como tais ideias e preceitos podem ser transformados nas situações e nos cenários das políticas públicas em que diferentes atores interagem (MORAES & RIBEIRO, 2012).

As primeiras conquistas do movimento feminista junto ao Estado para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra mulheres datam da década de 80. E com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres em 2003, as ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres passam a ter um maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços: Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente (DEPCA), Conselho Tutelar (BRASIL, 2011).

As políticas públicas devem promover a integração dos diversos segmentos sociais, estimulando o diálogo e a reflexão entre os diferentes atores sociais e instituições que possam gerar estratégias preventivas, diagnósticas e terapêuticas, numa ampla rede de apoio social e comunitário (PINTO JUNIOR et al, 2012).

Os CRAM compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, balizada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do governo federal, dividida nos setores de Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social. São equipamentos públicos específicos para o acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico para as mulheres em situação de violência, com o objetivo de fortalecer e resgatar sua cidadania (BRASIL, 2011).

A adoção de políticas públicas direcionadas ao atendimento das vítimas de violência não podem perder de vista a necessidade de se desenvolver políticas públicas educacionais e econômicas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais e de gênero, auxiliam na construção de relações mais igualitárias entre mulheres e homens (SANTOS, 2011).

Assim, o presente estudo faz parte da dissertação de mestrado que trata sobre ações de combate a violência contra a mulher e a promoção da sustentabilidade social. E nessa visão de sustentabilidade compartilhamos com a ideia de cultura de paz, visto que não basta sermos contra a violência, mas sermos a favor da paz e contribuir para que esta seja construída (NASCIMENTO & PETROLA, 2014).

O objetivo desse estudo foi conhecer as facilidades e/ou dificuldades dos profissionais que atuam no Centro de Referência de Atendimento a Mulher – CRAM de uma cidade do interior do Ceará, para o desenvolvimento das suas ações. O CRAM em questão possui uma equipe multiprofissional composta por assistente social, psicóloga, advogada e educadora social.

2 | METODOLOGIA

Os dados foram coletados no Centro de Referência de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência do município de Crato/CE, que faz parte da rede de assistência de mulheres vítimas de violência, no período de janeiro e fevereiro do ano de 2017.

O município do Crato/CE, localizado na Região Metropolitana do Cariri – RMC, conhecido por muitos como “Oásis do Sertão”, no extremo sul do estado do Ceará, a 560 Km da capital Fortaleza/CE é a segunda cidade mais importante do Cariri em termos econômicos e possui uma população de 121.428 habitantes (IBGE, 2019).

No município do Crato/CE encontramos uma Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher articulada e composta por variados equipamentos que se propõem a oferecer assistência, dentre os quais podemos citar a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), o Juizado Especializado da Mulher, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense (CMDMC), o Observatório de Violência Domiciliar e Familiar, a Secretaria de Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores Rurais, e os Movimentos Sociais de Mulheres.

Os Centros de Referência de Atendimento a Mulher são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência

de gênero (BRASIL, 2006).

O estudo foi do tipo exploratório descritivo por melhor atender aos objetivos propostos ao oferecer dados importantes sobre o tema em questão e descrever as características do objeto em estudo. Gil (2009) afirma que esse tipo de pesquisa tem o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um determinado fato.

Para a obtenção dos dados, utilizamos como instrumento um roteiro de entrevista semi-estruturada com todos profissionais envolvidos no processo para que houvesse o direcionamento das perguntas a serem abordadas, obedecendo a um roteiro de questões a ser utilizado pelo pesquisador (MINAYO, 2014).

E em paralelo, foi realizada a observação não-participante onde o pesquisador entrou em contato com a realidade estudada sem integrar-se a ela, agindo como espectador com caráter sistemático (MARCONI & LAKATOS, 2010).

Posteriormente todas as falas foram transcritas na íntegra, e como forma de garantir o anonimato dos participantes atribuiu-se a cada um o nome de uma pedra preciosa, enfatizando assim a preciosidade dos dados coletados.

Em relação aos aspectos éticos para a realização da pesquisa foram consideradas as determinações contidas na Resolução N° 466/12 e a N° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que dispõem sobre pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012) (BRASIL, 2016), proporcionando aos sujeitos a garantia do sigilo e da privacidade quanto aos dados obtidos, bem como a garantia de esclarecimentos acerca da pesquisa e/ou a liberdade de se recusar a participar do estudo.

Assim, submeteu-se o projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Regional do Cariri – URCA, para a apreciação do processo metodológico. O processo de número 1.889.662 foi deferido, com parecer aprovado para realização do estudo.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da problemática tornou-se imprescindível estudar a violência contra as mulheres uma vez que é um fenômeno que tem suas raízes nas desigualdades de gênero, traduzidas em relações assimétricas de poder. Emergiu assim, a categoria temática – Facilidades e/ou Dificuldades dos profissionais do Centro de Referência de Atendimento a Mulher para o desenvolvimento das suas ações. Essa categoria teve seu embasamento nas falas e observações que também fizeram parte dos instrumentos de coleta de dados, conforme definido no processo metodológico.

Para Minayo (2006) é inegável que, a partir de 2001, as políticas de saúde voltadas à temática da violência tiveram importante avanço no que se refere à sua legitimação, por meio do lançamento de diversas portarias e normas técnicas, implementação e fortalecimento de sistemas de informação e da inclusão da discussão do tema em projetos

de áreas já tradicionais no Ministério da Saúde (MS); mas, por outro lado, há ainda uma grande distância entre teoria e prática e uma lentidão na concretização das ações para prevenção.

Diante da complexidade do fenômeno da violência contra a mulher e da estrutura e funcionalidade do Centro de Referência de Atendimento a Mulher, os profissionais apontaram algumas facilidades para o desenvolvimento de suas ações, as falas abaixo ilustram:

“[...] equipe multiprofissional capacitada e apta para trabalhar com essa temática...”
(RUBI)

“[...] a equipe tem que requer fazer acontecer !” (RUBI)

“Tudo fica mais fácil quando a equipe entende da problemática e do serviço para resolutividade nos casos.” (RUBI)

“Boa interação da equipe [...] o fato de sermos todas mulheres, e de nos colocarmos no lugar da vítima.” (CRISTAL)

“O bom relacionamento com a equipe [...] a existência de transporte [...]” (SAFIRA)

“Ter possibilidade de acompanhamento contínuo das vitimas [...]” (ESMERALDA)

“O equipamento tem uma equipe multidisciplinar [...] isso melhora o atendimento.”
(TOPÁZIO)

“O transporte que viabiliza o deslocamento dos profissionais até a residência das mulheres, e até para os outros equipamentos da rede.” (TOPÁZIO)

“[...] carro todos os dias é um avanço...” (AMETISTA)

“O Estado manda Unidade Móvel (ônibus) com cabines de atendimento para atendimento itinerante.” (AMETISTA)

Respaldado nas falas acima, e face à magnitude e o impacto da violência, ressalta-se a relevância da articulação intersetorial e a capacitação continuada dos profissionais, visando integrar a rotina do atendimento, para identificar precocemente, notificar os casos e efetivar o acompanhamento às vítimas e famílias.

Quanto ao processo de trabalho, observa-se a importância de um acolhimento adequado nos serviços. Promover a escuta qualificada, tentando captar aspectos que vão além da queixa manifesta, pode constituir-se em instrumento poderoso para a detecção precoce de situações de violência intrafamiliar ou de risco social. Neste aspecto, é fundamental estabelecer um bom vínculo e qualificar o tempo das consultas, das visitas domiciliares e dos demais procedimentos (ALVES & ROSA, 2013).

Por meio de estudo realizado por Bezerra et al (2012), apreende-se que a violência contra a mulher é um problema cuja solução depende de profissionais de diferentes campos de atuação, como também de uma efetiva mobilização de órgãos públicos e da sociedade civil, de tal forma que viabilizem a construção de ações e serviços, gerando novas atitudes de compromisso e colaboração em relação ao problema.

Estes fatores caminham juntos com a questão da intersetorialidade, que se efetiva a partir do compartilhamento destes conhecimentos sobre a realidade e da elaboração conjunta de um projeto de cuidados, que inclua a assistência às vítimas e, principalmente, a prevenção da ocorrência da violência (ALVES & ROSA, 2013).

A inovação trazida pela lei Maria da Penha está no fato de que define as políticas públicas a serem adotadas para o atendimento da vítima e a sua família, integrando uma rede de proteção social e regula a necessidade de capacitação dos profissionais que atuarão diretamente com as mulheres vítimas de agressões (SANTOS, 2011).

Os estudos que analisam a oferta de serviços das redes apontam problemas como a ausência de articulação entre os serviços, de ações compartilhadas, comunicação e interação entre os profissionais. A oferta dos serviços da rede precisa ser melhor divulgada, para que as mulheres possam buscar apoio (SILVA et al, 2015).

Os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência – de acordo com norma da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – são equipamentos da política pública de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, os quais se vinculam administrativamente ao órgão gestor das políticas para as mulheres do município onde estão localizados e têm como finalidade atender mulheres em situação de violência. São espaços de atendimento psicológico, social e jurídico. Eles devem exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (BRASIL, 2006).

Silva (2015) também fala que as práticas e posturas dos profissionais dos diversos setores são distintas e desagregadas, e essa configuração fragmentada da rede pode fragilizar a mulher quanto à busca pelo apoio institucional, fazendo com que ela enfrente a situação solitariamente.

Os profissionais também apontaram algumas dificuldades para o desenvolvimento das ações o Centro de Referência de Atendimento a Mulher, conforme ilustram as falas abaixo:

“[...] são muitas. A questão do fortalecimento da rede, das leis que são bem redigidas, mas na hora de efetivá-las a gente encontra muitas dificuldades [...] para que o trabalho seja eficaz e traga resultados positivos.” (RUBI)

“Falta de intersetorialidade; transferência de responsabilidade apenas para um órgão; a dificuldade de emporamento; os cursos precisam de licitação para serem realizados; a influência negativa da mídia em divulgar informações errôneas.” (CRISTAL)

“Ausência de segurança [...] principalmente para visitar as residências.” (SAFIRA)

“Dificuldade de encaminhamento para psicoterapia, no caso das vítimas que necessitam de acompanhamento a longo prazo.” (ESMERALDA)

“Mesmo as mulheres tendo conhecimento do crime, e mesmo depois de todas as orientações, e da formalização da denúncia [...] elas querem voltar atrás devido a

dependência emocional e financeira do agressor ou por se auto-cobram por não destruírem a família.” (TOPÁZIO)

Consideramos que as dificuldades apontadas pelos profissionais, conforme discutido anteriormente, esbarram na fragmentação da rede de enfrentamento a violência, onde observamos a fragilidade da rede, a falta de intersectorialidade, e as dificuldades de encaminhamento dentro da própria rede.

As ações poderiam ser mais significativas se os serviços públicos que atendem essas mulheres não fossem pontuais, frágeis e incipientes, além do que, apesar de alguns avanços falta uma integração mais incisiva entre serviços nas áreas de saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça, que possam potencializar para que as mulheres rompam verdadeiramente com o ciclo da violência (QUEIROZ & DINIZ, 2013).

Frente às dificuldades apontadas, estudo realizado por Queiroz & Diniz (2013), mostra que a maioria dos agentes policiais, sobretudo do sexo masculino, ainda não está apta a compreender a dinâmica destes atos violentos. De maneira geral os profissionais têm dificuldade em lidar com fenômenos dessa natureza por estarem inseridos na mesma estrutura social e cultural de relações e de simbolizações entre os gêneros, origem de variados tipos de violência contra as mulheres.

O enfrentamento às situações de violência doméstica necessita, entretanto, de uma abordagem intersectorial e que pressupõe em sua construção uma micropolítica própria, com a participação de outros atores e saberes na composição do cuidado (MOREIRA, 2014).

Por conseguinte, a redução da violência contra a mulher exige compromisso intersectorial por parte dos governantes e da sociedade, para que se estabeleça uma cultura de paz e atendimento humanizado em todas as faixas etárias, com destaque para crianças e idosas, que apresentam maior vulnerabilidade (LEITE et al, 2014).

Esse tipo de violência adoece não só as mulheres, como também toda a família, resultando em sérias implicações no processo de desenvolvimento psicossocial e no aumento da demanda nos serviços sociais e de saúde. Devido à complexidade do fenômeno, que resultam em diferentes necessidades e demandas, torna-se imprescindível a intersectorialidade no sentido de intervir na problemática (GOMES et al, 2012).

O estudo também evidenciou a necessidade de construção de ações intersectoriais e interdisciplinares como via privilegiada de enfrentamento do problema. As mudanças culturais e subjetivas devem ser o objetivo central e o eixo norteador de todas as ações desenvolvidas, tendo em vista que a pesquisa apontou a promoção da cidadania e a mudança de valores e atitudes como algumas das formas mais defendidas de enfrentamento da violência (ALVES & ROSA, 2013).

Pesquisadores ressaltam que, atuando isoladamente, um único serviço não é capaz de dar resposta satisfatória ao complexo fenômeno e defende que o trabalho em rede,

devido à articulação de recursos e serviços, promove uma abordagem multiprofissional e interinstitucional essencial para o enfrentamento da problemática. Logo, o trabalho em rede se desvela como estratégia de enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher (GOMES et al, 2012).

Isso posto, salienta-se que o caráter maleável da rede implica na revisão permanente dos serviços, de seu funcionamento e do fluxograma estabelecido para atender as mulheres, tendo em vista as peculiaridades dos casos. Nesse sentido, reforça-se que não há uma ordem de entrada e encaminhamentos, nem uma gerência exclusiva, nem porta de entrada e fluxos imutáveis (SILVA et al, 2015).

A articulação intersetorial requer uma dinâmica de trabalho que valorize e favoreça tal processo, o que exige recursos humanos não sobrecarregados e conhecedores de outros serviços, de suas competências e do papel da rede no enfrentamento da violência (GOMES et al, 2012).

Embora se reconheça que cada mulher terá uma trajetória própria para sair da situação de violência, na perspectiva de um trabalho em rede, criar um protocolo e um fluxo definido fornece aos profissionais condições mais seguras para atuarem e determina a prática assistencial como interinstitucional. A rede intersetorial de serviços à mulher em situação de violência precisa ser construída e fortalecida, para que seja acessada em qualquer ponto e tenha um seguimento com a participação dos envolvidos na rede de forma articulada, dialogada e comprometida institucionalmente (SILVA et al, 2015).

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo que tem raízes na desigualdade de gênero, apresentando repercussões na vida de quem a vivencia, sendo de grande importância a articulação dos serviços em rede a fim de viabilizar o processo de enfrentamento do fenômeno (GOMES et al, 2012).

Para Silva (2015) a existência de um conjunto de serviços distintos que acolham a mulher em situação de violência, e com atuação de acordo com suas competências, sem o reconhecimento entre eles, não garante ações que reforcem a saída da mulher da situação de violência. É preciso instituir um diálogo entre as instituições que compõem a rede com maior poder de comunicação entre os profissionais para construir projetos assistenciais compartilhados.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proporcionou o contato da pesquisadora com o universo da problemática da violência contra a mulher, e permitiu que os objetivos do estudo fossem alcançados. Trouxe a compreensão do quanto é complexo adentrar na intimidade das mulheres vitimadas. E apresentou como opção mais viável a compreensão deste processo de violência na visão dos profissionais que prestam assistência a estas mulheres.

Os encontros também permitiram uma análise das limitações dos serviços, sobretudo

para a identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência, e no desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de ruptura do ciclo de violência.

Do conteúdo dos discursos, observamos que existem angústias relacionadas à dinâmica de trabalho que acabam não sendo relevadas por medo dos profissionais.

Uma grande fragilidade identificada, que talvez justifique esse medo, seria a instabilidade dos cargos ocupados. Onde identificamos que os profissionais mantêm vínculos temporários com o órgão, e que esta ausência de estabilidade laboral deixa os profissionais vulneráveis e temerosos de emitirem julgamentos sobre a real percepção das facilidades e dificuldades para o desenvolvimento das ações.

Estes fatos lançam como contribuição a indicação de que a rede de enfrentamento a violência contra mulheres do Crato/CE seja fortalecida, e de que o serviço do CRAM, assim como dos demais segmentos seja melhor divulgado e que possam ser criados fluxos onde as mulheres visualizem claramente o funcionamento desta rede.

Dessa maneira, verificamos a necessidade de ampliação de literatura que traga discussões que entrelacem a sustentabilidade social e a violência contra a mulher, que atravessem questões sociais, culturais, de justiça e equidade, de empoderamento, e de ações de visem a melhoria da qualidade de vida social.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.B.; ROSA, E.M. **Prevenção da violência na adolescência:** propostas existentes no Brasil e as possibilidades de atuação na saúde pública. *Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 45-60, jul/set 2013.

BEZERRA, I.M.P. [et al]. **Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família frente à violência conjugal:** analisando o processo de trabalho em saúde. *Sau. & Transf. Soc.*, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.3, n.2, p.67-74, 2012.

BRASIL. **Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Presidência da República. Brasília 2006.

_____. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

_____. **Lei Maria da Penha Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República Brasília, 2012.

_____. **Resolução Nº 466/12.** Estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Conselho Nacional de Saúde, 2012.

_____. **Atlas da violência 2019.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo –SP: Atlas, 2009.

GOMES, N.P. [et al]. **Percepção dos profissionais da rede de serviços sobre o enfrentamento da violência contra a mulher**. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, abr/jun; 20(2):173-8. 2012.

LEITE, M.T. de S. [et al]. **Ocorrência de violência contra a mulher nos diferentes ciclos de vida**. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 22(1):85-92, jan.-fev. 2014.

LISBOA, T.K. **Violência de Gênero, Políticas Públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social**. TEMPORALIS. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M.C.S. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros**. In: MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. (Orgs). **Impacto da violência na saúde dos Brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAES, A.; RIBEIRO, L. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / n.11 - ago. 2012 - pp.37-58. 2012.

MOREIRA, T. das N.F. [et al]. **A construção do cuidado: o atendimento às situações de violência doméstica por equipes de Saúde da Família**. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.3, p.814-827, 2014.

PINTO JUNIOR, A. [et al]. **Capacitação de profissionais de saúde na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Dourados/MS**. Rev. Ciênc. Ext. v.8, n.2, p.77-88, 2012.

SANTOS, I.A. **Violência de gênero e políticas públicas: os avanços sociais no atendimento das vítimas de violência doméstica em Cuiabá**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2011.

SILVA, E.B. da; PADOIN, S.M. de M.; VIANNA, L.A.C. **Mulher em situação de violência: limites da assistência**. Ciência & Saúde Coletiva, 20(1):249-258, 2015.

QUEIROZ, F.M. de; DINIZ, M.I. **Desafios à implementação de políticas públicas para as mulheres em situação de violência**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (anais eletrônicos), Florianópolis, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abortamento Provocado 9, 66, 67, 69, 72, 73

Aborto 52, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

Acadêmicos 11, 12, 36, 37, 43, 101, 102, 103, 104, 122, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 227

Adolescente 14, 83, 85, 92, 93, 133, 220, 222, 226, 229

Aleitamento Materno 9, 21, 23, 29, 30, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65

Alívio 10, 80, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

Amamentação 9, 5, 9, 10, 29, 30, 45, 46, 48, 49, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 64, 65, 89

Assistência 9, 10, 1, 3, 6, 7, 8, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 30, 57, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 92, 94, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 122, 126, 129, 130, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 153, 160, 162, 167, 171, 181, 182, 210, 214, 215, 216, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228

Assistência Perinatal 101

C

Câncer 8, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 56, 63, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 127

Candidíase 143, 151, 152, 153, 154

Criança 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 33, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 58, 60, 64, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 103, 133, 156, 220, 222, 226, 229

Crianças 8, 9, 14, 16, 17, 18, 19, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 55, 58, 60, 61, 62, 64, 75, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 138, 141, 159, 162, 163, 164, 165, 166

Cuidados 10, 6, 7, 14, 16, 17, 18, 27, 44, 61, 69, 71, 73, 78, 84, 90, 91, 94, 96, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 116, 117, 125, 129, 137, 143, 152, 157, 171, 214, 220, 226

Cuidados de Enfermagem 14, 17, 18, 69, 84, 101, 106, 143, 171

D

Deficiência 9, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 159, 169

Desmame 45, 47, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65

Diagnóstico 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 76, 78, 80, 83, 104, 144, 153, 154, 157, 160, 161, 163, 169, 172, 182, 224, 226

Dieta Saudável 34

Docente 33, 99, 107, 189, 191, 195, 198, 199, 203, 204, 222, 225, 229

Doenças 35, 56, 63, 74, 75, 82, 95, 122, 144, 151, 154, 157, 162, 166, 167, 172, 175, 214

Doenças Urológicas 167

Dor do Parto 107, 110, 117

E

Educação 6, 33, 34, 36, 37, 40, 43, 44, 55, 56, 68, 70, 85, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 105, 106, 117, 138, 196, 199, 200, 202, 205, 208, 209, 210, 220, 222, 225, 229

Enfermagem Obstétrica 101, 102, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 142, 229

Enfermagem Pediátrica 14, 20, 54

Enfermeiro 8, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 16, 18, 19, 24, 36, 43, 54, 58, 60, 64, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 82, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 107, 109, 112, 114, 116, 117, 129, 140, 142, 157, 171, 172, 187, 195, 197, 198, 200, 205, 206, 208, 209, 212, 224, 226, 227

Enfermeiros 9, 2, 3, 6, 19, 30, 61, 81, 83, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 111, 123, 172, 187, 194, 201, 210, 214, 217, 220

Ensino 12, 12, 16, 19, 37, 44, 96, 99, 103, 106, 122, 142, 143, 145, 147, 149, 153, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 222, 224, 225, 228

Estratégia 8, 9, 7, 14, 15, 16, 19, 20, 25, 29, 33, 35, 36, 43, 62, 69, 85, 87, 88, 91, 92, 99, 139, 140, 153, 155, 205

F

Família 8, 9, 4, 7, 11, 13, 15, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 61, 62, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 137, 138, 140, 141, 145, 146, 153, 155, 157, 177, 212, 214, 221, 226

G

Gênero 89, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 141, 155, 157, 190, 216

Gravidez 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32, 47, 52, 53, 61, 68, 72, 143, 144, 151, 152, 164, 170, 175, 182

L

Lésbicas 10, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130

M

Mama 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 56, 63, 127, 154

Mercado de Trabalho 11, 185, 186, 187, 189, 191, 194, 195, 196, 200, 209, 224

Metodologias 198, 199, 200, 201, 202, 204, 209, 210

Morte 12, 3, 9, 10, 23, 28, 29, 68, 78, 160, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

N

Neoplasia Maligna 8, 1, 2, 3, 4, 7, 22, 23, 24, 28

P

Paracetamol 8, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

Parto Normal 106, 107, 110, 118

Pediatria 44, 74, 75, 77, 156, 166, 226

Políticas Públicas 10, 37, 88, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 131, 133, 134, 137, 141, 152

Prenhez 45, 46, 48, 50, 52, 53, 144

Prevenção 2, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 22, 23, 30, 44, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 70, 87, 92, 95, 110, 127, 128, 129, 134, 136, 137, 139, 140, 144, 153, 157, 163, 169, 226

Processo 8, 5, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 28, 30, 36, 39, 55, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 87, 88, 89, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 113, 117, 135, 136, 138, 139, 140, 144, 153, 169, 171, 173, 186, 187, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 209, 210, 212, 214, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Q

Qualidade de Vida 11, 34, 43, 56, 87, 140, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

S

SAE 12, 8, 20, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Sarampo 11, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

Saúde 8, 9, 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 44, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 115, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 133, 135, 136, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 187, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 202, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229

Saúde da Família 8, 9, 33, 36, 85, 88, 99

Saúde Sexual 120, 121, 122, 129

Sentimentos 9, 10, 13, 15, 22, 29, 30, 32, 78, 80, 81, 102, 154, 171, 196, 212, 213, 214, 215, 216, 219

Serviços 6, 17, 25, 35, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 102, 109, 116, 120, 121, 122, 125, 126, 128, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 144, 150, 155, 182, 208, 209, 225, 226, 227

T

Tanatologia 213, 214, 217, 218

Terapêutica 25, 80, 113, 115, 157, 162, 182

Tratamento 6, 8, 9, 10, 13, 15, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 47, 49, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 144, 150, 153, 157, 162, 171, 172, 182, 183, 200, 213, 215

Tricomoníase 143, 153

V

Vaginose Bacteriana 143, 153, 154

Violência 123, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

 **Atena**
Editora

2 0 2 0